

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guerra comercial: pode sobrar para os empregos dos brasileiros..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP pode endurecer compensação de tributos..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Propostas de ajuste fiscal enviadas pelo governo estão paradas no Congresso..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Licença por depressão..... 9

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Consumidor opta pelo pagamento presencial por medo de golpe..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma não é para cortar gastos, dizem deputados..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entraves para o desenvolvimento..... 12

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Simulação de alíquotas do Imposto Seletivo deve ficar pronta neste mês, diz Appy (Reforma tributária)
..... 14

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Unificação de alíquotas..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo deveria restringir possibilidades de compensações tributárias pelas empresas
..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifação afeta economia global além do previsto..... 20

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Olhando o PIB com lupa..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação volta a desacelerar e fica em 0,26% em maio, indica IBGE..... 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

TCU: técnicos recomendam aprovar com ressalvas as contas de 2024..... 23

Quarta-Feira, 11 de Junho de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

MP mexe com nervos de quem estava calmo - LU AIKO OTTA..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Balança comercial mostra sinais do tarifaço de Tramp (Editorial)..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Riscos crescentes na economia global (Artigo)..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

Taxação de LCA deve ter impacto "quase zero" nos juros, diz Fávaro..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bolsa barata com juros altos é dilema para o investidor..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Cenário é misto para Brasil e fiscal preocupa, diz Principal..... 34

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ECONOMIA

BELM REGISTRA ASEGUNDA MAIORALTA ENTRE CAPITAIS..... 36

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
ECONOMIA

Dólar fecha em leve alta; Bolsa sobe com Petrobras..... 37

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Os últimos reeleitos - DO ALTO DA TORRE..... 38

Guerra comercial: pode sobrar para os empregos dos brasileiros

Omundo todo debate as possíveis consequências da guerra comercial travada por países como os Estados Unidos. Reciprocidade, negociação, protestos: todas as nações arquitetam as suas estratégias para evitar estragos em suas economias. Sobre o Brasil, porém, paira uma ameaça ainda maior, partindo de um ator estrangeiro que há tempos recebe um estranho e injustificável subsídio dos governos federal e estaduais. Trata-se das plataformas internacionais de e-commerce, especialmente asiáticas, que há anos vem se beneficiando de uma carga tributária que é a metade do que aquela arcada pelo setor produtivo nacional. O novo cenário de guerra comercial internacional coloca ainda mais em risco a vida de 18 milhões de brasileiros cujos empregos e renda são gerados pela indústria e pelo varejo.

O risco se amplifica porque, segundo consenso dos analistas, os sites estrangeiros de e-commerce devem, diante das barreiras erguidas nos EUA, voltar-se ainda mais para o mercado do Brasil, país para o qual, em 2024, segundo dados da **Receita Federal**, essas plataformas inundaram os aeroportos brasileiros com nada mais, nada menos do que 187 milhões de pacotinhos (mais de 500 mil por

dia!) com produtos fabricados gerando emprego e renda lá fora.

Essa invasão de pacotinhos estrangeiros chegando ao Brasil se intensificou a partir de 2023, quando foi zerada a alíquota de importação para produtos importados pelos sites internacionais de e-commerce de até US\$ 50, que representam 90% das vendas dessas plataformas. Essas empresas internacionais pagavam apenas 17% de ICMS, enquanto a carga tributária do varejo e da indústria brasileiros era, há décadas, de 90%.

O Congresso Nacional teve a coragem de reduzir essa absurda falta de isonomia tributária e competitiva quando, em julho de 2024, estabeleceu (o que foi sancionado pelo presidente da República) uma alíquota de 20% sobre as mercadorias enviadas para o Brasil pelas plataformas estrangeiras. Foi um importante avanço, mas, mesmo com a medida, a carga tributária dos produtos produzidos por trabalhadores estrangeiros atingiu metade (45%) da soma dos **tributos** pagos pelo setor produtivo nacional.

Outro passo rumo à justiça tributária foi dado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) em dezembro de 2024, ao aprovar convênio que permite aos estados elevarem de 17% para 20% a alíquota de ICMS incidente sobre essas compras internacionais. A medida faria com que fosse reduzida a diferença em relação ao que pagam o varejo e a indústria nacionais de ICMS-até 25%.

Mas apenas nove estados decidiram adotar a medida, tomando uma decisão corajosa que privilegiou a preservação de empregos. Os demais estados e o Distrito Federal

hesitam em tomar a mesma decisão, ora alegando aguardar por um consenso de todas as unidades da Federação, ora alegando ser contra a majoração de **impostos**. Pois bem: a solução desse impasse é simples: basta aos estados que relutam em adotar a recomendação do Confaz reduzirem, imediatamente, o ICMS válido para o setor produtivo nacional para os mesmos 17% cobrados sobre os produtos fabricados no exterior.

Enquanto isso, na esfera federal, mesmo em meio à guerra de tarifas no cenário externo, há projetos no Congresso Nacional que propõem o retrocesso de voltar a isentar da alíquota de 20% de imposto de importação para produtos importados por plataformas internacionais de e-commerce.

Tais iniciativas parlamentares demonstram, infelizmente, não apenas desconexão com o cenário do comércio internacional, mas também insensibilidade com relação à preservação dos empregos dos brasileiros. Tomando como exemplo apenas a cadeia têxtil e de confecção, da qual a associação que presido faz parte, são 1,7 milhão de empregos, gerados em sua maioria por 140 mil microempreendedores individuais, mais da metade deles mulheres, três quartos delas chefes de família.

Mesmo em um cenário de progressivo pro -tecionismo no contexto do comércio internacional, a indústria e o varejo brasileiros não pleiteiam subsídios e tampouco sobretaxas sobre o produto estrangeiro. A nossa reivindicação é apenas por igualdade tributária e, portanto, competitiva. Concorrência justa exige regras iguais para todos!

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/06/11/all.pdf>

MP pode endurecer compensação de tributos

Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon De Brasília

A medida provisória (MP) aguardada para esta semana com as medidas alternativas ao decreto que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (10F) também deve trazer uma alteração nas compensações tributárias - créditos fiscais que as empresas têm direito para abater **tributos** devidos. A alteração que será proposta pelo governo vai afetar empresas que fazem compensações consideradas indevidas pelo Fisco, apurou o Valor.

A medida deve trazer no texto hipóteses em que a compensação não será aceita: quando for apresentado Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) inexistente e quando a empresa fizer compensação de atividade econômica de um setor diverso ao seu de origem. Por exemplo, se uma indústria automotiva tentar compensar créditos de alimentos.

Essas formas de compensação indevida deverão estar previstas na MP e, conseqüentemente, serão estabelecidas em lei, caso o texto seja aprovado pelo Congresso Nacional. É uma forma de garantir que o Fisco consiga indeferir os pedidos de compensação sem gerar litígio.

Proposta indica um "movimento mais duro" da **Receita Federal** para controlar o uso de créditos fiscais
Alessandra Brandão

Não há previsão de a MP estabelecer multa, e sim apenas essa garantia legal para que os auditores fiscais possam considerar que a compensação não foi realizada e, assim, os **tributos** sejam cobrados integralmente, segundo fonte.

No caso do Darf inexistente, os auditores já não deveriam aceitar a compensação nesses casos, mas se considera que falta uma previsão expressa em lei, o que gera litígio e inconsistências na prática. Com a previsão, a expectativa é que o auditor possa conferir no sistema e, com a inexistência do Darf, o pedido de compensação já seja negado.

Essas mudanças têm potencial de ajudar a aumentar a arrecadação federal, porque vão fechar brechas para compensações indevidas, obrigando que as empresas paguem os **tributos** devidos. Os números ainda estavam sendo fechados pelo governo.

Isabella Tralli, sócia cio VBD Advogados, avalia que a

mudança faz sentido do ponto de vista fiscal e tem potencial de ajudar a aumentar a arrecadação federal. "A medida claramente visa coibir fraudes e planejamentos abusivos, uma vez que a utilização de créditos inexistentes decorrentes de Darfs "fictícios" e compensações feitas com créditos decorrentes de atividades fora de seu setor de origem passaria a constar no rol do art. 74 da Lei n-9.430/1996, que lista expressamente as situações em que as declarações de compensação são consideradas não declaradas", explica a advogada.

Ela diz que há preocupações legítimas das empresas, como a necessidade de definição do que será considerado "setor diverso" ou "atividade fora do setor de origem". "Se não houver critérios claros, pode haver autuações e glosas de créditos de forma indevida e insegurança jurídica. Isso porque poderá ser exigida do sujeito passivo, mediante lançamento de ofício, multa isolada sobre o valor total do débito cuja compensação seja considerada não declarada, nos percentuais de 75% ou 150%, se comprovada a falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo", explica a especialista.

Alessandra Brandão, advogada e sócia da área tributária do escritório Marcelo Tostes Advogado, avalia que a proposta do governo indica um "movimento mais duro" da Receita para controlar o uso de créditos fiscais, especialmente os decorrentes de decisões judiciais e de cessões de crédito entre empresas de setores diferentes.

A Receita tem mecanismos para verificar se houve ou não o pagamento do tributo que originaria o crédito, portanto, para a advogada, essa parte da medida provisória parece mais uma tentativa de reforçar controles e ampliar a margem legal para impedir compensações já indeferidas.

O ponto mais sensível, segundo Brandão, são as restrições à compensação de créditos adquiridos de terceiros ou de setores distintos, o que afeta diretamente operações comuns em segmentos como o automotivo, que compram créditos com deságio, e também créditos reconhecidos judicialmente. Se confirmada, essa medida pode reduzir o valor econômico desses créditos e gerar insegurança jurídica, inclusive com potencial aumento de judicialização, avalia a advogada.

"É preciso aguardar a redação final da MP para avaliar com precisão seu alcance, mas o sinal que se emite é

de restrição, especialmente ao uso de créditos adquiridos ou decorrentes de decisões judiciais", afirmou. A expectativa é que a MP seja publicada ainda nesta semana.

Já para Fabiola Keramiclas, sócia do escritório Keramidas Advocacia, o que a Receita chama de "aperfeiçoamento de regras de compensação" nada mais é do que alterar procedimentos para restringir o direito dos contribuintes à compensação tributária. "Sob a alegação de estar evitando abusos, o Estado adentra o direito do contribuinte", diz.

A advogada afirma que a última vez que o governo fez isso foi com a Lei 14.873, de 2024, que impôs limites mensais e prazos mínimos para o uso de créditos fiscais reconhecidos judicialmente.

"Na prática, essas novas exigências forçam o contribuinte a desembolsar **tributos**, criando um efeito caixa favorável ao governo", diz Keramidas.

Além de prever mudanças na compensação de créditos, a MP vai elevar a taxa sobre empresas de apostas esportivas (bets), sobre fintechs e sobre aplicações financeiras. A arrecadação vai substituir a esperada com o aumento do IOF.

Site:

valor.globo.com/virador/#!/edition/188228?page=20§ion=1

Propostas de ajuste fiscal enviadas pelo governo estão paradas no Congresso

Andréa Jubé, Gabriela Guido, Beatriz Roscoe, Joelmir Tavares De Brasília e de São Paulo

Num momento em que o Congresso cobra o Executivo pelo corte de gastos públicos, como alternativa à elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para o ajuste fiscal, o próprio Legislativo ainda não deu respostas a iniciativas de ajuste, como o fim dos "supersalários", cuja tramitação se arrasta.

Especialistas em contas públicas ouvidos pelo Valor afirmam que a maior contribuição que o Congresso poderia dar para o re-equilíbrio fiscal do país, neste momento, seria reduzir o valor destinado às emendas parlamentares, em um gesto concreto rumo ao corte de gastos. O valor reservado às emendas no orçamento deste ano é de R\$ 50,5 bilhões, que será acrescido de R\$ 11,2 bilhões de despesas discricionárias do Executivo, como forma de compensar repasses não pagos no ano passado, totalizando R\$ 61,7 bilhões.

Em contrapartida, os parlamentares prometem avançar com a reforma administrativa, em discussão na Câmara dos Deputados, conduzida pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), mas com diversos parlamentares ressaltando que o texto não deverá ter foco em corte de gastos. Um líder influente do Centrão disse ao Valor que as propostas devem partir do Executivo, mas ressaltou que sugestões do Congresso nesse sentido podem surgir do grupo de trabalho da reforma administrativa.

O projeto que busca reduzir os "supersalários", estabelecendo limites para as verbas indenizatórias devidas aos **servidores públicos** - que elevam os proventos para além do teto constitucional - foi aprovado pelos deputados em 2021, e desde então aguarda votação no Senado. O impasse é para que o projeto seja votado, juntamente, com a chamada "PEC do quinquênio", emenda constitucional que restabelece esse benefício aos magistrados, e o exclui do teto constitucional.

Da mesma forma, os parlamentares mantiveram distância de outro tema sensível, a reforma da Previdência dos militares, enviada pelo governo ao Legislativo em dezembro de 2024. A proposta completou seis meses parada na Câmara dos Deputados, aguardando designação de relator. O

projeto estabelece idade mínima de 55 anos para a aposentadoria de militares. Atualmente, não existe esse parâmetro, e os militares passam à reserva após 35 anos de serviço.

No ano passado, o déficit com

pensões e inativos militares ficou em R\$ 51,8 bilhões, e o do **INSS** foi de R\$ 304,6 bilhões. No seminário "Agenda Brasil - o cenário fiscal brasileiro", promovido pelo Valor, rádio CBN e jornal "O Globo", o presidente da Câmara, Hugo Mot-ta (Republicanos-PB), disse que mandaria atualizar a situação dessa matéria na Casa. "Nós vamos fazer o nosso dever de casa sobre esse assunto", prometeu.

Um líder da base governista no Senado disse ao Valor, sob reserva, que, embora haja diversos projetos no Congresso que podem cortar gastos, um esforço por parte do Legislativo para aprová-los exigiria a contrapartida do Executivo. "Como é que você vai diminuir gastos se todo mundo não faz esforço?", questionou. "A partir do momento que mostra o esforço daqui, vai ter que mostrar o esforço de lá, entendeu? Ninguém quer ceder por conta da correlação de forças", disse a liderança.

Por sua vez, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), observou que o Congresso também não está disposto a ceder e trabalhar para o corte de gastos. "O Hugo [Motta] falou um negócio certo. Todo mundo sabe que tem que ajustar, mas ninguém quer ceder uma vírgula", provocou. "Hoje [terça-feira] eu fui pra CAE [Comissão de Assuntos Econômicos] para ver [a discussão de um projeto sobre o aumento do] piso de médico. O povo fala em responsabilidade fiscal e defende um negócio que pode dar R\$ 40 bilhões", criticou.

Na linha de que cabe ao governo apresentar as medidas de cortes de despesas, o líder do União Brasil, senador Efraim Filho (PB), ponderou que o Executivo pode enfrentar dificuldades para aprovar a medida provisória (MP) com as alternativas ao aumento do IOF somente com propostas de aumento de taxaço.

"O governo não propôs um corte de gastos propriamente dito. A questão de mudar os métodos de arrecadação que geram mais ruído para os que geram

menos ruído não está sendo tão bem vista", disse Efraim, que também é presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO). "Eu acho que o governo tem que dialogar com a sua base para ver o que a base aceita bancar. Não adianta falar de Fundeb [Fundo Nacional] e BPC se os primeiros que pulam da cadeira são o próprio PT", completou.

Em outra frente, especialistas em contas públicas ouvidos pelo Valor defendem ajustes nas emendas parlamentares, de modo que um "corte na própria carne" poderia ser exemplo para os demais. O entendimento é de que o instrumento deve ser mantido, com ajustes para combater o que é visto como distorção do processo orçamentário.

Motta disse, no mês passado, já em meio à discussão sobre o decreto do IOF, que não havia "preocupação" dos líderes da Casa com redução nas emendas. Ele indicou haver concordância com uma trava, "se todos forem cortar" em nome do contingenciamento. Mas ressaltou que as emendas não podem ser "criminalizadas".

Na segunda-feira (9), após participar do seminário "Agenda Brasil", em São Paulo, o deputado federal Luciano Zucco (PL-RS), líder da oposição na Câmara, também admitiu a possibilidade de corte nas emendas e disse que "o Congresso pode dar o exemplo".

Para a cientista política Beatriz Rey, ligada à Universidade de São Paulo (USP) e à Fundação Popvox, o Congresso foi empoderado politicamente pelo aumento no valor total das emendas, mas não está sendo cobrado à altura para dar sua cota de contribuição. "A 'Faria Lima' tem que começar a cobrar do Congresso responsabilidade fiscal", diz ela, que pesquisa o tema das emendas.

"Entre 2015 e 2024, houve um aumento de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 48,3 bilhões. É um salto absurdo e algo desproporcional com a função do Legislativo sobre o orçamento, abocanhando a competência do Executivo", completa Rey, que também vê necessidade de participação do Judiciário, com o combate aos "supersalários".

"O Congresso tinha que entrar com uma contribuição direta, cortando nas emendas parlamentares", diz o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto. Ele defende como saída um corte pela metade do volume a partir de 2026. "Depois se poderia pensar numa regra, ao longo do tempo, em que elas ficassem, assim como as outras despesas, sujeitas ao espaço fiscal disponível", sugeriu.

"Estamos vivendo a iminência de uma crise fiscal. O quadro é gravíssimo. As despesas em geral estão

crescendo acima das receitas, também por conta das emendas, que se tornaram um novo gasto obrigatório e são praticamente intocáveis", disse Salto, que foi diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.

Salto diz ver o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fazendo "um esforço grande" para cumprir a meta fiscal, enquanto o Congresso ficaria "titubeando". Segundo ele, a crise do IOF seria uma oportunidade para que Legislativo e Executivo, juntos, definissem uma lista de medidas de saneamento das despesas públicas.

Especialistas sugerem que Congresso aceite reduzir emendas parlamentares

Site:

valor.globo.com/virador/#!/edition/188228?page=20§ion=1

Licença por depressão

Uma vendedora da Seara Alimentos deverá receber R\$ 20 mil de indenização por ter sido dispensada dois meses após retornar de licença médica para tratar depressão. A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) levou em conta a frequente associação de estigma social aos transtornos mentais, inclusive o depressivo, o que leva o caso a se enquadrar no entendimento do tribunal a respeito da dispensa discriminatória. A vendedora foi contratada em abril de 2018 e dispensada um ano depois. Na reclamação trabalhista, ela disse que já sofria de depressão antes da admissão e que, em setembro de 2018, teve de retomar seu tratamento de forma mais intensa, levando-a a se afastar pelo **INSS**. Ao retomar, a empresa a colocou apenas para acompanhar outro vendedor até a dispensa. Segundo ela, a medida teve motivação discriminatória em razão de seu histórico de transtorno depressivo. O juízo de primeiro grau entendeu que a doença, por seu caráter estigmatizante, se enquadrava na Súmula 443 do TST, e concedeu indenização por danos morais. De acordo com o verbete, a dispensa de alguém com doença grave que suscite estigma ou preconceito leva à presunção de discriminação e, por conseguinte, dá direito à reintegração no emprego. O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas (SP), porém, decidiu pela reforma da decisão (RRAg-11714-45.2019.5.15.0099).

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188228?page=8
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188228?page=8§ion=2)**

Consumidor opta pelo pagamento presencial por medo de golpe

Igor Pereira

As transformações e facilidades como Pix mudaram a realidade do pagamento de contas e tornaram o processo mais ágil. Porém, as fraudes virtuais fazem com que consumidores ainda procurem os postos de atendimento presencial para realizar operações financeiras. A preocupação tem justificativa: os golpes digitais vitimaram mais de 40 milhões de brasileiros com mais de 16 anos, em 2024. A pesquisa do instituto DataSena-do aponta que esse número expressivo já perdeu alguma quantia em dinheiro em decorrência de crimes cibernéticos como clonagem de cartão, fraude na internet ou invasão de contas bancárias.

Foi o caso da estudante Renata Ribeiro, 22, que procurou uma agência lo-térica no bairro da Sacramento, em Belém, para quitar algumas dívidas. "Eu já fui vítima pagando um boleto no Pix. Para mim constava como pago, mas o pa-

gamento foi para outro lugar e eu não consegui recuperar o dinheiro", afirma. Para garantir a segurança e fugir de outro golpe, ela prefere fazer o pagamento presencial na agência. Segundo o levantamento do DataSenado, os golpistas não escolhem renda, escolaridade, faixa etária ou sexo. As pessoas que relataram ter perdido dinheiro com os crimes virtuais têm proporção semelhante às características so-

cioeconômicas da população brasileira.

Entre os idosos, o receio de usar os aplicativos para pagamento é frequente, o que motiva a procura por uma lotérica ou banco. "Alguns **tributos** e questões do **INSS** ainda exigem pagamento no boleto. Já recebi clientes que tinham o QR Code para fazer o Pix, mas preferem pagar direto no caixa mesmo", esclarece o gerente da casa lotérica no IT Center, na Sacramento,

Júlio César Vilhena.

Nessa unidade, a maior parte do público que procura atendimento para quitação de dívidas são da terceira idade. A aposentada Inês Cunha, 73, é uma dessas pessoas. "Aqui tem menos dificuldade, cheguei e foi rápido. Se eu fosse em um banco seria uma fila grande e iria demorar mais", relata.

Mesmo quem tem habilidade em manejar a tecnologia presente nos celula-

res deve ficar atento. O professor Abel Oliveira, 57, esperava o atendimento em uma unidade da Caixa na avenida Dr. Freitas para realizar alguns pagamentos e relatou que por pouco não pagou um boleto falso. "Estava em outra lotérica e o código de barras deu erro. Fui verificaí" e vi que era um boleto falso. A facilidade existe, mas acontecem

essas situações que nos deixam descrentes". O Banco Central (BC) orienta que, atualmente, todos os boletos emitidos por bancos são registrados conforme convenção. Isso significa que os dados dos beneficiários dos boletos sempre aparecem quando a pessoa vai pagar o boleto e que os boletos podem ser pagos em qualquer banco.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3159#book/>

Reforma não é para cortar gastos, dizem deputados

Beatriz Roscoe e Murillo Camarotto De Brasília

O coordenador do grupo de trabalho que discute a reforma administrativa na Câmara dos Deputados, Pedro Paulo (PSD-RJ), estabeleceu o prazo de 14 de julho para apresentar a primeira rodada de propostas de alteração na estrutura da administração pública. O parlamentar também voltou a afastar a discussão sobre as despesas primárias no grupo de trabalho. O grupo realizou a primeira audiência pública na terça-feira (10) para ouvir representantes da sociedade civil.

Segundo ele, o grupo de trabalho deve produzir como resultado diversas medidas - e citou uma Proposta de Emenda Constitucional, um Projeto de Lei Complementar e um Projeto de Lei Ordinária.

Pedro Paulo defendeu "desinterditar" o debate sobre a reforma administrativa. Ele reforçou que o intuito do colegiado não é reduzir direitos dos servidores e que o foco não é reduzir gastos: "Temos acompanhado na imprensa e o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta, disse que poderia avaliar a possibilidade de revisão da despesa pública primária. Não vamos tratar sobre esse tema aqui, podemos até discutir, mas não é o foco trazer essa discussão para a reforma administrativa", afirmou o deputado.

O vice-coordenador do grupo, deputado Zé Trovão (PL-SC) buscou afastar a resistência por parte de trabalhadores do funcionalismo público em relação ao tema: "Não estamos aqui para decapitar os **servidores públicos**", afirmou.

Já o deputado Pedro Campos (PSB-PE), que também é membro do grupo, sugeriu o debate sobre a transformação digital: "Temos que discutir a infraestrutura administrativa e os meios que os **servidores públicos** têm para atuar, a transformação digital e a digitalização dos serviços deve ser um tema fundamental que precisamos tratar aqui", pontuou em sua fala.

Entre os representantes da sociedade civil que foram ouvidos na audiência estão entidades como o Movimento Brasil Competitivo e Movimento Passos à Frente, que também defenderam a agenda da transformação digital, a integração de inteligência governamental, além da avaliação de desempenho de servidores e de políticas públicas. O grupo ainda deve

ouvir representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, governadores e prefeitos.

Site:

valor.globo.com/virador/#!/edition/188228?page=20§ion=1

Entraves para o desenvolvimento

RAPHAEL PATI » WAL LIMA » ALÍCIA BERNARDES*

O Imposto Seletivo (IS) sobre produtos exportados tem gerado polêmica desde a sanção da nova **reforma tributária**, em janeiro deste ano, pois a medida compromete a competitividade do país no mercado internacional e vai na contramão dos objetivos centrais da mudança do sistema de tributação. Especialistas que participaram, ontem, do seminário Brasil em Transformação - mineração no Brasil e no exterior, foram unânimes em afirmar que não faz sentido a exportação de **tributos** e ainda lembraram que não há respaldo jurídico para essa taxação.

A incidência do Imposto Seletivo sobre produtos minerais foi retirada pelo Congresso no texto da **reforma tributária**, mas vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Agora, o tema retornou para o Legislativo, que deverá apreciar o veto de Lula no próximo dia 17. A expectativa do setor é a derrubada desse entrave.

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, ressaltou que o texto que estabelece a criação do Imposto Seletivo, também chamado de "imposto do pecado", sobre os minerais no âmbito da **reforma tributária** é um "Frankenstein" político, jurídico e legislativo para o setor. Segundo ele, a medida foi um "tiro no peito" em um dos principais produtos exportados pela indústria extrativa do país: o minério de ferro.

Jungmann destacou que o artigo incorre em problemas legislativos, por ser definido por uma lei complementar, ou seja, por um dispositivo infraconstitucional para um imposto especificado na Constituição Federal. O projeto foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no mês de janeiro, como Lei Complementar 214/2025. "Então, também é um "Frankenstein" sobre esse aspecto, porque se nós derrubarmos o veto, como nós queremos e vamos lutar pela sua derrubada, ele vai permanecer na Constituição. Ele permanece na Constituição como espada sobre a nossa cabeça. Então, por isso, é tão importante esse debate, mas também é importante que a gente esclareça essas questões", disse o ex-ministro da Defesa.

Além disso, Jungmann também citou um desafio jurídico por causa de um item do texto que afirma que a cobrança será realizada a partir da extração dos minerais.

"Extração não é bem comercial.

Não tem como você tributar algo que não é um bem, porque mesmo que você exporte o mineral em bruto, ele tem que passar por toda uma cadeia de físico, químico, de manipulação, de refinamento e assim por diante, para se tornar em um bem comercializável e sobre o qual você possa estabelecer um imposto", sustentou.

O advogado tributarista Paulo Ayres Barreto, sócio do escritório Aires Barreto Advogados Associados, reforçou as críticas ao Imposto Seletivo sobre as exportações de minerais e lembrou que a proposta de manutenção dessa tributação vai na contramão da lógica constitucional, jurídica e econômica. De acordo com ele, que participou ativamente dos debates da **reforma tributária**, nunca houve previsão de tributar exportações, medida que vai na contramão das melhores práticas internacionais, especialmente a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), "que recomenda que a tributação ocorra no destino, ou seja, no país importador". Ele argumentou, ainda, que a Constituição é clara ao vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre exportações.

Na avaliação do advogado, esse tipo de cobrança pode comprometer a competitividade de setores estratégicos e afetar negativamente o Produto Interno Bruto (**PIB**), principalmente em regiões economicamente dependentes da atividade mineral. "É um equívoco pensar que se pode desestimular o consumo de algo essencial e insubstituível.

O minério de ferro é fundamental para inúmeras aplicações benéficas, como equipamentos médicos, infraestrutura sustentável e energia eólica. Não há substituto para ele", destacou.

O tributarista ainda abordou o risco de cumulatividade desse imposto, pois se o minério é tributado na origem, o produto final, como automóveis, também será taxado.

"Isso vai contra o princípio básico da reforma, que é evitar a sobreposição de **tributos**", disse.

Ambiente regulatório O senador Izalci Lucas (PL-DF) também criticou a incidência da tributação sobre o setor mineral, apontou interferências externas na política ambiental e confirmo que assumirá a liderança da oposição no Congresso no próximo domingo.

O parlamentar defendeu um ambiente regulatório mais racional e menos ideológico para a mineração e o desenvolvimento econômico do Brasil. Coordenador da **reforma tributária** na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Izalci reconheceu que o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) criado com a reforma representa um avanço, mas advertiu que a regulamentação do IS que incide sobre bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente está sendo mal conduzida. "Não podemos exportar imposto. A Constituição é clara quanto à não incidência sobre exportações. É fundamental que o Congresso derrube o veto", afirmou.

Além da questão tributária, o senador criticou os entraves ambientais **impostos** por órgãos reguladores.

Ele lembrou o atraso na implantação do Parque Capital Digital, em Brasília, por conta de exigências do Ibama, e citou o caso da exploração de petróleo na margem equatorial como exemplo de distorções. "Achava que iam furar do lado da floresta. Depois descobri que era a 500 km da costa. Há muito exagero travestido de proteção ambiental", disse.

Com a iminente posse como líder da oposição no Congresso, Izalci reforçou que o papel do Parlamento será decisivo na defesa de uma pauta econômica coerente com a realidade do país. "O Congresso não vota sem acordo. Precisamos sentar com o governo, negociar os vetos e garantir segurança jurídica ao setor produtivo", concluiu.

O deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG) engrossou o coro com Izalci e fez duras críticas à condução do governo federal em relação aos projetos estratégicos que tramitam no Congresso sobre minerais críticos e transição energética.

Segundo ele, há uma falha grave em não colocar essas pautas no topo das prioridades de Estado.

O parlamentar apontou que a polarização política tem dificultado o avanço de temas fundamentais, como os que foram abordados no evento. "Precisamos de sabedoria e um pouco de "mineridade" para superar essa divisão e tratar com profundidade assuntos tão estratégicos para o país", disse.

O parlamentar elogiou o espaço de debate técnico promovido pelo evento e reforçou a necessidade de embasamento científico para decisões políticas no setor.

Para Zé Silva, é urgente que o governo unifique esforços com o Parlamento e abrace os projetos que

já foram construídos com base técnica. Logo, defendeu a aprovação de uma Política Nacional de Minerais Estratégicos antes da próxima Conferência Mundial do Clima. "Isso garantirá um ambiente regulatório moderno, seguro e competitivo, capaz de atrair investimentos e agregar valor à produção nacional", afirmou.

O evento Brasil em Transformação - mineração no Brasil e no exterior é uma realização do Correio Braziliense, com patrocínio da Prio, Vale e Cedro Mineração e apoio da Blue Solution.

*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/06/11/all.pdf>

Simulação de alíquotas do Imposto Seletivo deve ficar pronta neste mês, diz Appy (Reforma tributária)

Nivaldo Souza

O Ministério da Fazenda deve concluir neste mês a definição das alíquotas do Imposto Seletivo, o chamado 'imposto do pecado', que irá incidir sobre produtos e serviços com impacto na saúde e no meio ambiente.

De acordo com Bernard Appy, secretário Extraordinário da **Reforma Tributária**, a finalização da simulação das alíquotas esbarrou na greve de servidores da **Receita Federal**, mas está perto de ser concluída.

"O que estamos fazendo é preparando [a parte técnica] para a decisão política em torno das alíquotas. O trabalho é de montagem de simuladores de várias alíquotas, mostrando a carga atual e várias opções, para que haja uma decisão política", disse.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Segundo Appy, depois dos cálculos o Ministério da Fazenda decidirá os rumos do projeto. "O trabalho técnico está bem avançado. A greve da Receita atrapalhou um pouco, mas está praticamente pronto. A partir daí, é uma decisão política sobre quais vão ser as alíquotas e quando será encaminhado o projeto", afirmou o secretário após participar de audiência pública sobre a reforma no Senado.

Entre os produtos alcançados pelo seletivo estão fumo, bebidas alcoólicas e açucaradas, bets, veículos, petróleo e minério de ferro.

A conclusão da parte técnica dará respaldo para o ministro Fernando Haddad articular com a Casa Civil e a Secretaria de Relações Institucionais do Palácio do Planalto a melhor estratégia para levar o projeto ao Congresso Nacional. "A partir daí, o timing de encaminhamento cabe ao ministro, à Casa Civil e ao presidente [Lula]."

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Simulação de alíquotas do Imposto Seletivo deve ficar pronta neste mês, diz Appy (**Reforma tributária**)

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/06/simulacao-de-aliquotas-do-imposto-seletivo-deve-ficar-pronta-neste-mes-diz-appy.shtml>

Unificação de alíquotas

Recentemente, o governo brasileiro propôs a unificação da alíquota de Imposto de Renda (IR) sobre investimentos em 17,5%. A medida visa simplificar o sistema tributário e, ao mesmo tempo, aumentar a arrecadação federal em um cenário econômico desafiador. No entanto, a proposta suscita um debate profundo sobre seus impactos no mercado de capitais e na economia como um todo.

Em primeiro lugar, a uniformização da alíquota pode promover maior transparência e previsibilidade para investidores. A atual discriminação de **impostos** convida à complexidade e à confusão, afastando potenciais aportes. Contudo, a fixação da alíquota em 17,5% pode ser considerada elevada se comparada à realidade de outros países que buscam atrair

investidores, o que pode dificultar a competição internacional do Brasil.

Além disso, a uniformização pode gerar efeitos desiguais entre diferentes classes sociais e setores da economia. Investidores de alto patrimônio líquido podem se sentir menos afetados pela nova alíquota, enquanto pequenos investidores podem ver uma redução em seus retornos, o que poderia inibir a inclusão financeira. Essa equidade é fundamental para o desenvolvimento de um mercado de capitais mais robusto e acessível.

Outro ponto a ser considerado é o uso da arrecadação proveniente dessa nova alíquota. Se o governo não demonstrar um compromisso claro com a aplicação desses recursos em áreas prioritárias, como educação e

saúde, a medida poderá ser vista apenas como uma nova fonte de cobrança sem benefícios tangíveis para a sociedade.

Em suma, enquanto a proposta de unificação da alíquota de IR é um passo em direção à simplificação tributária, é crucial avaliar suas consequências a curto e longo prazo. O diálogo com a sociedade civil, especialistas e o setor financeiro é essencial para garantir que essa reforma atenda às necessidades do país e promova um ambiente econômico saudável e justo. O sucesso dessa medida dependerá não apenas da sua implementação, mas também de como ela será percebida e vivenciada pelos diferentes segmentos da população.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-

1008fbb2c94f286909e8d9db51540119.pdf

Governo devera restringir possibilidades de compensações tributárias pelas empresas

Jéssica Sant"Ana e Beatriz Olivon De Brasília

O governo vai restringir as hipóteses em que serão aceitas as compensações tributárias feitas pelas empresas, em transações em que créditos são usados para abater **impostos** devidos. Na Medida Provisória (MP) esperada para esta semana com alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), uma iniciativa afetará as companhias que fazem compensações consideradas indevidas pela **Receita Federal**, apurou o Valor.

O texto vai deixar claras as hipóteses em que a operação não será aceita: quando for apresentado Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) inexistente e quando a empresa fizer compensação de atividade econômica de um setor diverso ao seu de origem - se uma indústria automotiva tentar compensar créditos de alimentos, por exemplo. Essas formas de compensação indevida deverão estar previstas na MP e, conseqüentemente, serão estabelecidas em lei, caso o texto seja aprovado pelo Congresso. É uma forma de garantir que o Fisco consiga indeferir os pedidos de compensação sem gerar litígio. Não há previsão de a MP estabelecer multa, mas apenas a garantia legal para que os auditores fiscais possam considerar que a compensação não foi realizada e, assim, os **tributos** sejam cobrados in-tegralmente, segundo uma fonte.

No caso do Darf inexistente, os auditores já não deveriam aceitar a compensação nesses casos, mas se considera que falta uma previsão expressa em lei, o que gera litígio e inconsistências na prática. As mudanças têm potencial de ajudar a aumentar a arrecadação federal, porque vão fechar brechas para compensações indevidas, obrigando as empresas a pagar os **tributos** devidos. Os números ainda estavam sendo fechados pelo governo.

Alessandra Brandão, sócia da área tributária do escritório Marcelo Tostes Advogados, avalia que a proposta do governo indica um "movimento mais duro" da Receita Federal para controlar o uso de créditos fiscais, especialmente os decorrentes de decisões judiciais e de cessões de crédito entre empresas de setores diferentes.

Site:

valor.globo.com/virador/#/edition/188228?page=20§ion=1

Tarifa afeta economia global além do previsto

A guerra tarifária deflagrada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, levou o Banco Mundial a reduzir sua previsão de crescimento global para 2025 em 0,4 ponto percentual, para 2,3%, afirmando que tarifas mais altas e a incerteza crescente representavam um "impacto significativo" para quase todas as economias.

Em seu relatório "Perspectivas Econômicas Globais", o banco reduziu suas previsões para quase 70% das economias - incluindo EUA, China e Europa, bem como seis regiões de mercados emergentes - em relação aos níveis projetados há seis meses, antes da posse de Trump.

O Banco Mundial agora vê a economia dos EUA - a maior do mundo - perder força e crescer apenas 1,4% este ano, a metade da taxa de 2,8% em 2024. Em janeiro, a expectativa era de um crescimento ainda robusto de 2,3% para 2025.

Trump abalou o comércio global com uma série de aumentos tarifários que elevaram a alíquota tarifária efetiva dos EUA de menos de 3% para cerca de 15% - seu nível mais alto em quase 100 anos - e desencadearam retaliações por parte da China e de outros países.

"Os riscos para a perspectiva global permanecem decididamente negativos", apontou o banco, apontando que um aumento adicional de 10 pontos percentuais nas tarifas médias dos EUA, além da alíquota de 10% já implementada, e retaliações proporcionais por outros países, poderão reduzir em mais 0,5 ponto percentual a perspectiva para 2025.

O economista-chefe do Banco Mundial, Indermit Gill, escreveu no relatório que a economia global perdeu a chance de um "pouso suave" - desaceleração suficiente para conter a **inflação** sem gerar grandes prejuízos - para o qual parecia estar caminhando há apenas seis meses. "A economia mundial hoje está mais uma vez entrando em turbulência", continuou Gill. "Sem uma rápida correção de curso, os danos ao padrão de vida podem ser profundos."

O Banco Mundial é o mais recente órgão a reduzir sua previsão de crescimento em decorrência das políticas comerciais erráticas de Trump, embora autoridades americanas insistam que as consequências negativas serão compensadas por um aumento nos

investimentos e cortes de **impostos** ainda não aprovados.

O banco não chegou a prever uma recessão, mas afirmou que o crescimento econômico global este ano seria o mais fraco fora de uma recessão desde 2008. Até 2027, a expectativa era de que o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) global atingisse uma média de apenas 2,5%, o ritmo mais lento de qualquer década desde a década de 1960.

O relatório prevê que o comércio global crescerá 1,8% em 2025, abaixo dos 3,4% de 2024 e cerca de um terço do seu nível de 5,9% na década de 2000. A previsão se baseia nas tarifas em vigor no fim de maio, incluindo uma tarifa americana de 10% sobre importações da maioria dos países, e exclui os aumentos anunciados por Trump em abril e depois o recuo até 9 de julho para permitir negociações.

O banco afirmou que a **inflação** global deve atingir 2,9% em 2025, permanecendo acima dos níveis pré-covid, devido aos aumentos de tarifas e à contração do mercado de trabalho.

Entre as principais economias, o Banco Mundial agora prevê uma desaceleração no ritmo de crescimento da China de 5% em 2024 para 4,5% neste ano. A segunda maior economia do mundo tem sido prejudicada pelas tarifas que Trump impôs às suas exportações, pelo colapso do mercado imobiliário e pelo envelhecimento da força de trabalho.

Para a zona do euro a expectativa é de a região crescer apenas 0,7% este ano, abaixo dos já fracos 0,9% em 2024. As tarifas de Trump devem prejudicar as exportações europeias. E a forma imprevisível como ele as implementa - anunciando-as e suspendendo-as - provocou incertezas que desestimulam o investimento empresarial.

A Índia deverá ser novamente a economia de maior crescimento do mundo, expandindo a uma taxa de 6,3% este ano. Mas isso representa uma queda em relação aos 6,5% em 2024 e aos 6,7% previstos pelo banco para 2025 em janeiro.

Site:

valor.globo.com/virador/#!/edition/188228?page=20§ion=1

Olhando o PIB com lupa

Os analistas creditaram essa boa notícia à evolução do agro e dos investimentos, que cresceram 12,2% e 3,1%, respectivamente. Estatisticamente, os créditos são meritórios, mas merecem alguns comentários.

Como o agro corresponde a apenas 7,7% do **PIB**, pelo lado da oferta, sua contribuição para a formação do **PIB** não é tão grande como sugere a estatística. A contribuição do agro é praticamente igual às contribuições das atividades financeiras e imobiliárias, do setor de serviços. Além disso, a base do agro - último trimestre de 2024 - é muito baixa, o que amplia a expansão agora. De todo

modo, já é um indicador de que o agro contribuirá positivamente este ano.

Os investimentos, por sua vez, correspondem a 17,8% do **PIB**, pelo lado da demanda. Com sua maior participação, seus efeitos sobre o crescimento do **PIB** são mais significativos. A notícia também é muito boa. No entanto, como a indústria de transformação e da construção caíram neste primeiro trimestre do ano, é fácil inferir que grande parte destes investimentos decorreram do aumento das importações de bens de capital, incluindo uma plataforma de petróleo. Seria melhor que parte dos investimentos tivesse tido

origem na nossa indústria de bens de capital.

O setor de serviços, pelo lado da oferta e o consumo das famílias, pelo lado da demanda, com crescimento de 0,3% e 1,0%, respectivamente, com elevado peso na formação do **PIB**, é que merecem destaque. Quem não deve estar gostando muito disso é a turma do Banco Central, que vai querer manter as taxas de juros elevadas para segurar a economia e reduzir a **inflação**.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES,

diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-1008fbb2c94f286909e8d9db51540119.pdf

Inflação volta a desacelerar e fica em 0,26% em maio, indica IBGE

DANIELA AMORIM E MARIA REGINA SILVA

A **inflação** oficial voltou a perder força em maio, pelo terceiro mês consecutivo. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,26% no mês passado, ante uma elevação de 0,43% em abril, segundo informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, o IPCA acumulado em 12 meses ficou em 5,32%, interrompendo três meses seguidos de avanços.

Para o economista-chefe da Monte Bravo, Luciano Costa, a **inflação** corrente bem comportada traz algum conforto em relação à expectativa de médio prazo, de que o índice possa convergir para uma trajetória em direção ao centro da meta de **inflação** - de 4,5% -, embora esse ainda não seja um fator determinante para decisões de política monetária .

"O Banco Central está com uma agenda de preocupações em que coloca peso, principalmente, em questões de médio prazo da **inflação**, está olhando para o horizonte relevante da política monetária e considerando o que já foi feito até agora, um ciclo já claramente contracionista", disse Costa.

Em maio, os gastos das famílias com habitação subiram 1,19%.

Parte desse grupo, a energia elétrica residencial teve alta de 3,62%, impulsionada pela entrada em vigor da bandeira tarifária amarela, que adiciona R\$ 1,885 na conta de luz a cada 100 kWh consumidos .

Foi o subitem de maior pressão no IPCA, com contribuição de 0,14 ponto percentual, mais da metade da **inflação** do mês.

"A energia elétrica teve reajuste tarifário em algumas regiões, alta de PIS/Cofins e a bandeira tarifária amarela. E tem novo impacto sobre a energia elétrica, da bandeira vermelha em vigor agora em junho", afirmou Fernando Gonçalves, gerente do IPCA no IBGE.

Para o IPCA de junho, o economista Fábio Romão, da LCA Consultores, prevê uma taxa de 0,30% - calculando que a alta da energia seja mitigada por quedas em alimentação e transportes.

Ainda no grupo habitação, em maio o gás de botijão subiu 0,51%, e o gás encanado, 0,25%.

A taxa de água e esgoto avançou 0,77%. Por outro lado, os recuos nos preços das passagens aéreas e dos combustíveis voltaram a impedir uma **inflação** mais salgada.

As passagens ficaram 11,31% mais baratas, e foram o subitem de maior impacto negativo no IPCA do mês (-0,06 ponto percentual).

"Esse acaba sendo um período de menos demanda de viagens de férias e lazer, em maio e em abril", justificou Gonçalves.

No mês passado, os preços dos combustíveis caíram 0,72%: o óleo diesel recuou 1,30%; o gás veicular, 0,83%; o etanol, 0,91%; e a gasolina, 0,66%. Quanto ao grupo Alimentação e bebidas, o ritmo de alta foi mais brando em maio, 0,17%. Houve quedas no tomate (-13,52%), arroz (-4,00%), ovo de galinha (-3,98%) e frutas (-1,67%). |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TCU: técnicos recomendam aprovar com ressalvas as contas de 2024

THAÍS BARCELLOS

Os técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendaram aprovação com ressalvas das contas de 2024 do governo Luiz Inácio Lula da Silva, disseram interlocutores a par do assunto. A decisão final será anunciada em sessão hoje, após a leitura do parecer do ministro-relator, Jhonatan de Jesus.

Dentre os principais tópicos de atenção citados pela área técnica do TCU está o crescimento de renúncias fiscais, segundo eles sem a observação dos critérios previstos na legislação. Os técnicos também apontaram outros alertas e recomendações, como em relação à transparência das emendas parlamentares e ao investimento mínimo no novo arcabouço fiscal.

Outro ponto de alerta foi a edição de créditos extraordinários para o Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos (Firece).

FH: ÚLTIMO SEM RESSALVA

Ao analisar as contas do governo, o TCU verifica se o presidente da República respeitou as principais regras fiscais e orçamentárias na execução dos gastos públicos.

Se confirmada a aprovação com ressalvas, será a mesma conclusão de 2023. Essa avaliação vem sendo dada de forma consecutiva aos presidentes desde 2016. A última vez em que houve rejeição foi em 2015, em meio às pedaladas fiscais identificadas no governo Dilma Rousseff. O último presidente a ter as contas aprovadas sem ressalvas foi Fernando Henrique Cardoso.

Assim como em 2023, a área técnica do TCU encontrou irregularidades em relação à criação ou ampliação de renúncias tributárias. Mesmo com a trava estabelecida pela PEC dos Precatórios, em 2021, o volume de benefícios fiscais em relação ao **PIB** cresceu.

Em 2023, chegaram a R\$ 519 bilhões, segundo o TCU. Em seu parecer no ano passado, o então relator das contas, hoje presidente da Corte, ministro Vital do Rêgo, chegou a recomendar a fixação de um limite prudencial de renúncias.

Para o ano que vem, porém, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) estima que as desonerações atinjam R\$ 620 bilhões. A Fazenda, contudo, tem dito que essa conta pode chegar a R\$ 800 bilhões, considerando as informações fiscais mais recentes.

A equipe econômica busca uma redução dos benefícios fiscais, com um corte linear de 10% nas desonerações dentro do pacote alternativo ao aumento do IOF. Mesmo assim, as maiores renúncias devem ficar de fora, como o Simples e a Zona Franca de Manaus.

Segundo o PLDO de 2026, a maior renúncia é do Simples: R\$ 136,3 bilhões. Depois vêm incentivos à agricultura e agroindústria, dos quais R\$ 53,9 bilhões são relativos à desoneração da cesta básica, e os benefícios para pessoas físicas (R\$ 68,5 bilhões). Na Zona Franca, são R\$ 34,2 bilhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

MP mexe com nervos de quem estava calmo

- LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

A medida provisória (MP) que trará novas mudanças na tributação para aumentar as receitas começou a enfrentar resistências antes mesmo de chegar ao Congresso Nacional.

E, chegando, já está combinado que o pau vai quebrar. Foi o que disse, com palavras mais elegantes, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), no evento "Agenda Brasil - o cenário fiscal brasileiro", promovido por Valor, "O Globo" e rádio CBN na última segunda-feira. Não há compromisso de a MP ser aprovada, avisou.

A ideia de acabar com isenções do Imposto de Renda nas aplicações financeiras mexeu com o ânimo até de um setor que, por sua natureza, não se apavora facilmente: o de infraestrutura.

"Seria uma insensatez", disse à coluna o presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini, falando sobre possível fim da isenção do Imposto de Renda sobre produtos de mercado que hoje financiam projetos de longo prazo no setor.

Estão na mira as debêntures de infraestrutura, que podem captar perto de R\$ 150 bilhões - praticamente o mesmo valor dos desembolsos do BNDES. Também seriam atingidas as debêntures incentivadas, que saíram da casa dos R\$ 40 bilhões no início da década para R\$ 135 bilhões em 2024.

A diferença entre os dois papéis, ambos isentos do IR, é que a debênture incentivada dá a isenção aos investidores. A debênture de infraestrutura dá a isenção ao emissor do papel. O principal público dela são os fundos de pensão, que precisam investir em longo prazo e por isso são um "match" para projetos em infraestrutura. O patrimônio dos fundos chega a R\$ 1,5 trilhão.

O fim da isenção pode também afetar as Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD), criadas no ano passado para financiar o BNDES. Foram inspiradas nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e nas Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), todas isentas do IR.

"Por enquanto, seu lobo não veio. Se vier, o que vai acontecer? Vai aumentar o custo de captação e, quando uma empresa for dar um lance [em leilão de concessão de infraestrutura], ela vai diminuir a outorga a ser paga ao erário ou impactar o usuário via tarifa", explicou o executivo. "Vai entrar num bolso e sair do mesmo bolso; não tem magia."

O aumento na tributação será um balde de água fria na linha evolutiva do desenvolvimento da infraestrutura no Brasil.

Tadini aponta para dois movimentos simultâneos. Primeiro, a elaboração dos projetos amadureceu de tal forma que hoje é raro haver um leilão que não atraia interessados.

Segundo, as formas de financiamento se diversificaram. Se nos anos 1960 a infraestrutura dependia de empréstimos externos e, nas décadas seguintes, do BNDES, hoje existem outras fontes. Entraram em cena o mercado de capitais, por intermédio das debêntures de infraestrutura, e recursos externos, com o Eco Invest.

A retirada da isenção das LCDs e das debêntures tromba de frente com todo esse processo de fortalecimento da infraestrutura. Tadini avaliou o impacto.

"Vai parar? Vamos separar as coisas. Existem projetos em andamento e com a captação já feita, que não serão afetados.

Mas os projetos novos certamente sofrerão impacto no custo de captação e, com isso, alguns investidores podem se retrair", explicou o presidente da Abdib.

É por causa do volume de projetos já contratados e financiados em anos anteriores que os investimentos em infraestrutura seguirão em crescimento, por inércia, apesar do aumento nas taxas de juros promovido pelo Banco Central.

Em 2024, o setor avançou perto de 15% sobre o ano anterior. Em 2025, a expectativa é chegara R\$ 288,2 bilhões, crescimento de 11%, já refletindo o aperto monetário. São insuficientes para suprir o gap de investimentos no setor. Mas são recordes e contrastam com pessimismo em outros setores da

economia.

Estão em curso um ambicioso programa de concessões em rodovias para a iniciativa privada, a construção de linhas de transmissão, diversos projetos em mobilidade urbana no formato Parceria Público-Privada (PPP), um "ciclo virtuoso" no setor de saneamento, listou Tadini.

A infraestrutura rodando forte deve puxar a demanda por serviços. Assim, o presidente da Abdib não espera um crescimento inferior a 2,5% no Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano.

Ao mesmo tempo que a MP preocupa, o processo político que ela integra alento. "O que eu vejo de positivo é o Executivo e o Legislativo, na mais alta esfera, entenderem que não adianta ficar fazendo puxadinho; tem que ter uma reforma estrutural para não ficar "stop and go" na questão fiscal, e dar tranquilidade para o mercado trabalhar", ressaltou. "Acho que essa consciência foi criada."

Como pontuou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o Congresso faz suas ponderações, mas não deixa de aprovar as propostas enviadas pelo governo.

O saldo de toda a agitação desde o aumento do IOF foi o surgimento de uma nova cooperação entre Executivo e Legislativo em torno da agenda fiscal. Os desafios são enormes, e o espaço político, restrito. Mas agora não estamos mais só esperando as eleições para avançar nos debates.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Site:

valor.globo.com/virador/#!/edition/188228?page=20§ion=1

Balança comercial mostra sinais do tarifaço de Tramp (Editorial)

O tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, começa a afetar a balança comercial brasileira. Mas o pior está por vir, uma vez que Trump dobrou para 50% a tarifa sobre as importações americanas de aço e alumínio. O Brasil é um dos principais fornecedores desses produtos, ao lado do Canadá e do México.

A queda do superávit comercial de maio é sinal da piora da atuação do Brasil no comércio internacional. No mês passado, o superávit ficou em US\$ 7,2 bilhões, segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Comércio, resultado 12,8% inferior ao registrado no mesmo mês de 2024. No acumulado no ano até maio, o superávit despencou 30,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior e foi de US\$ 24,4 bilhões.

Apesar do aumento do volume exportado das principais commodities brasileiras, a receita diminuiu devido à queda de preços. A Secex informou que o preço da soja, que liderou as exportações em maio, caiu 8,4% em comparação com o mesmo mês de 2024. Os preços do petróleo e do minério de ferro tiveram queda de 15,2% e 11,3%, respectivamente, na mesma base de comparação. Por isso, a receita da soja caiu 3,9%, a do petróleo, 9,7%, e a do minério de ferro, 4,7%. Os três são os produtos mais exportados pelo Brasil. Já as importações, apesar de terem desacelerado, continuam crescendo acima do esperado.

As principais commodities estão em queda por conta da expectativa de desaceleração da economia global e do comércio internacional, causada pela guerra tarifária de Donald Trump. O Fundo Monetário Internacional (FMI) diminuiu a estimativa de expansão da economia mundial de 3,3% em 2025 e 2026 para 2,8% e 3% respectivamente, entre janeiro e o início de abril. O FMI também prevê uma queda de 7,9% dos preços das commodities energéticas e aumento de 4,4% das não-energéticas.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi na mesma direção, em tom mais pessimista, com base nas medidas adotadas pelos EUA até 14 de abril, e reduziu a projeção do avanço do PIB mundial de 2025 de 2,8% para 2,2%, e o de 2026, de 2,6% para 2,4%. Para a OMC, o comércio mundial de bens pode ter uma contração de 0,2% neste ano, com recuperação e

expansão de 2,5% em 2026. Já a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um pouco mais otimista. Ela reduziu a projeção de expansão do PIB global de 2025 de 3,1% para 2,9%. Para os EUA, prevê crescimento do PIB de 1,6% neste ano (2,8% antes). Para o México, projeta 0,4%, quase um terço do 1,5% anterior; e, para o Canadá, 1%, abaixo do 1,5% anterior.

O Brasil também teve as previsões de crescimento reduzidas, não só pelos problemas no comércio global, como pelas questões internas fiscais e dos juros elevados. O FMI estima que o PIB do país vai desacelerar para 2% neste ano, percentual que deve ser mantido em 2026. Já a OCDE manteve a expectativa de aumento de 2,1% em 2025 e elevou a taxa esperada para 2026 de 1,4% para 1,6%.

Essas previsões não levam em conta o fato de Trump ter dobrado as apostas nas tarifas para o aço e o alumínio no início deste mês, nem o impacto da chegada da gripe aviária ao país. Mesmo quando a alíquota sobre o aço e o alumínio subiram para 25%, o impacto foi significativo. Em abril, um mês após o início de sua vigência, as exportações de produtos semiacabados de ferro e aço brasileiros caíram 30,7% em relação ao mesmo mês de 2024. Estatísticas da Aço Brasil, entidade que representa o setor, mostram que as exportações de semiacabados caíram 14,2%, as de aços longos, 10,4% e as de aços especiais, 19,1% no primeiro quadrimestre em relação ao mesmo período de 2024.

Agora, com a alíquota de 50%, o efeito será mais dramático. Os EUA são o destino de 73,7% das exportações brasileiras de aço. Os países da América Latina, com 19,3% do total, são o segundo maior destino, e nela o Mercosul tem fatia de 7,9%. Brasil, Canadá e México juntos forneceram 15,5 milhões do total de 26,2 milhões de toneladas de aço e alumínio importados pelo mercado americano em 2024, quase um terço da produção doméstica.

O Brasil perde também no campo do alumínio. O Canadá é o principal fornecedor para os EUA e compra do Brasil 70% da matéria-prima utilizada. Nos dois casos, a indústria brasileira sofre, pois as usinas chinesas vêm despejando aqui seu excedente, ao mesmo tempo em que despencam os preços mundiais. As importações brasileiras de aço subiram

21 % em volume e 7,1 % em valor no primeiro quadrimestre, e mais da metade veio da China.

Como se tudo isso não bastasse, a balança comercial brasileira refletiu o impacto da chegada da gripe aviária ao país. Restrições ao frango brasileiro, principalmente de China, África do Sul e México, causaram a queda nas exportações de aves de 12,9% em valor e 14,4% em volume, em maio, em comparação com o mesmo mês de 2024.

Não se sabem os próximos passos de Trump, embora se saiba a direção-mais protecionismo. As negociações com o governo americano, para obter cotas para aço e alumínio, não prosperaram. O Brasil está certo em insistir nesse caminho.

Site:

valor.globo.com/virador/#/edition/188228?page=20§ion=1

Riscos crescentes na economia global (Artigo)

Por Martin Wolf

Martin Wolf é o principal comentarista econômico do Financial Times.

Vivemos os estágios iniciais de uma revolução - a tentativa de conversão da República americana em uma ditadura arbitrária. Ainda não está claro se Donald Trump terá sucesso nessa tentativa. Mas o que ele quer fazer parece evidente. Seu modo de governar-sem lei, imprevisível, anti-intelectual, nacionalista - terá o maior impacto sobre os Estados Unidos. Mas, inevitavelmente, também está tendo um impacto enorme sobre o resto do mundo, dado o papel hegemônico dos EUA desde a Segunda Guerra Mundial. Nenhum outro país ou grupo de países pode - ou quer - assumir seu lugar. Essa revolução ameaça criar o caos.

Ainda é muito cedo para saber quais serão todas as consequências. Mas não é cedo para fazer estimativas fundamentadas sobre alguns aspectos, especialmente a imprevisibilidade e a consequente perda de confiança geradas pela guerra tarifária de Trump. Essa perda de confiança foi o tema de um podcast que fiz recentemente com Paul Krugman. Sem polícias previsíveis, uma economia de mercado não pode funcionar bem. Se a incerteza parte da potência hegemônica, a economia mundial como um todo também não funcionará direito.

Em seu mais recente relatório, o Banco Mundial analisou exatamente isso. Suas conclusões ainda são provisórias, como seria de se esperar, mas a direção apontada parece correta. O estudo parte da premissa de que as tarifas em vigor no fim de maio permanecerão ao longo do horizonte da previsão. Isso pode ser um pressuposto otimista ou pessimista demais. Talvez nem mesmo Trump saiba. "Nesse contexto", avalia a instituição, "projeta-se que o crescimento global desacelerará de forma acentuada para 2,3% em 2025 [0,4 ponto porcentual abaixo da previsão de janeiro de 2025] - o ritmo mais lento desde 2008, excetuando-se os dois anos de recessão mundial em 2009 e 2020. Entre 2026 e 2027, uma recuperação da demanda interna deverá elevar o crescimento global para ainda modestos 2,5% - bem abaixo da média de 3,1% na década anterior à pandemia".

Tudo isso já é ruim o suficiente. Mas os riscos parecem pender forte mente para o lado negativo. Assim, a incerteza criada pela guerra comercial de Trump poderá levar a quedas muito maiores no comércio e nos investimentos do que as previstas. Sem dúvida, será difícil confiar em quaisquer "acordos" anunciados até aqui. Além disso, o crescimento mais lento aumentará a fragilidade social, política e fiscal, elevando a percepção de risco nos mercados. Isso poderá gerar um ciclo vicioso, no qual custos financeiros mais altos elevam o risco e, por sua vez, reduzem o crescimento. Devedores frágeis, tanto privados quanto públicos, podem acabar inadimplentes. E choques provocados por desastres naturais ou conflitos seriam ainda mais danosos para a economia.

Também é possível imaginar cenários positivos. Novos acordos comerciais podem ser firmados - e, com certa dose de coragem, muitos poderiam depositar confiança neles. A "poeira mágica" da inteligência artificial poderá provocar um salto na produtividade global e nos investimentos. Além disso, há sempre a possibilidade de que tudo simplesmente se acalme.

O problema é que o choque representado por Trump ocorre após quase duas décadas de choques: as crises financeiras global e na zona do euro; a pandemia; a **inflação** pós-pandemia; e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. O espírito animal da economia certamente saiu enfraquecido.

Infelizmente, como Indermit Gill, economista-chefe do Banco Mundial, enfatiza em seu prefácio, "os países mais pobres serão os que mais sofrerão". "Até 2027, o **PIB** per capita das economias de alta renda estará aproximadamente onde se esperava antes da pandemia de co-vid-19. Mas os países em desenvolvimento estarão em situação pior, com os níveis de **PIB** per capita 6% menores". Com exceção da China, poderá levar duas décadas para que esses países recuperem as perdas da década de 2020.

Isso não é apenas resultado dos choques recentes. Assim, "o crescimento nas economias em desenvolvimento vem desacelerando há três décadas consecutivas - de uma média de 5,9% nos anos 2000, para 5,1% nos anos 2010 e 3,7% nos anos 2020". Esse movimento acompanha a queda no crescimento do comércio global, de uma média de 5,1% nos anos

2000 para 4,6% nos anos 2010 e 2,6% nos anos 2020. Enquanto isso, o endividamento segue em alta. A longo prazo, também não ajuda em nada o fato de Trump insistir que as mudanças climáticas são um mito.

Então, o que é preciso fazer? Em primeiro lugar, liberalizar o comércio. Embora muitos países em desenvolvimento tenham promovido aberturas significativas nos últimos anos, a maioria deles ainda mantém tarifas muito mais altas do que as economias de alta renda. Políticas direcionadas de promoção à indústria nascente podem funcionar. Mas, para países com pouca influência internacional, a melhor política continua sendo o livre comércio, juntamente com as melhores políticas possíveis para atrair investimentos, melhorar o capital humano e preservar a estabilidade econômica. Em um ambiente adverso, como agora, isso é ainda mais importante do que em tempos favoráveis.

As escolhas para as grandes potências - China, União Européia, Japão, Índia, Reino Unido e outros - são mais complexas. Primeiro, elas também precisam aprimorar suas próprias políticas internas o máximo possível. Elas também precisam cooperar entre si para preservar as regras globais, especialmente no que diz respeito ao comércio. Alguns desses países precisam reconhecer que os desequilíbrios globais são, de fato, um problema relevante - ainda que não estejam ligados diretamente às políticas comerciais, e sim a desequilíbrios macroeconômicos em escala global.

E isso está longe de ser tudo. À medida que os EUA recuam de seu papel histórico, outros estão tendo a grandeza imposta a eles. O avanço no enfrentamento das mudanças climáticas e no desenvolvimento econômico depende agora dessas nações. Será preciso, por exemplo, encontrar formas mais eficazes de lidar com os excessos de endividamento. Isso exige um movimento na direção oposta à tendência atual, marcada por uma desconfiança crescente entre os países.

É possível - ou mesmo provável - que estejamos testemunhando o fim de um grande esforço para promover um mundo mais próspero e cooperativo. Algumas pessoas dirão que esse desfecho apenas reflete um "realismo" saudável. Mas isso seria um grave erro: vivemos todos no mesmo planeta e nossos destinos estão interligados. A tecnologia moderna tornou isso inevitável. Estamos em um momento decisivo e precisamos escolher com sabedoria. (Tradução de Mário Zamarian)

Site:

valor.globo.com/virador/#!/edition/188228?page=20§ion=1

Taxação de LCA deve ter impacto "quase zero" nos juros, diz Fávoro

O ministro da Agricultura, Carlos Fávoro, afirmou ontem que a eventual cobrança de 5% de Imposto de Renda sobre os rendimentos de pessoas físicas que investem nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) deve ter impacto "quase zero" nos juros do crédito rural aos produtores. A proposta de tributação, criticada por ruralistas, deve ser enviada ao Congresso Nacional em breve. Na avaliação de Fávoro, a medida não deve tornar os títulos menos atrativos nem afetar a oferta de financiamentos para o campo.

A taxaçoão sobre o rendimento da LCA foi incluída pela equipe econômica em um pacote para compensar os ajustes no decreto que aumenta o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

De acordo com Fávoro, o funding do próximo Plano Safra está garantido e o governo mantém no radar a possibilidade de aumentar o direcionamento das LCAs via Conselho Monetário Nacional (CMN) caso haja algum recuo na emissão e oferta desses títulos para o financiamento agropecuário.

As LCAs são, atualmente, a principal fonte de recursos para empréstimos do crédito rural. Além de representar quase 30% do montante desembolsado nas linhas tradicionais de crédito rural (R\$ 97 bilhões dos R\$ 333,7 bilhões liberados entre julho de 2024 e maio de 2025), o título irriga os financiamentos via Cédulas de Produto Rural (CPR) emitidas por agricultores e pecuaristas.

O ministro deu as declarações após reunião com membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. O objetivo do encontro foi tentar "apaziguar" o tema com a bancada ruralista.

"No aspecto do funding, não há, na nossa avaliação, nenhum risco de perder a atratividade", disse. Nos cálculos de Fávoro, o impacto sobre os custos de captação do dinheiro no mercado e nos juros dos financiamentos na ponta deve ser de uma alta de

0,72 ponto percentual em comparação com o índice atual.

Segundo ele, esse possível aumento no custo de captação não eleve ter repasse integral aos produtores. Isso porque, disse ele, há interesse das

instituições financeiras de dar vazão a esses recursos, principalmente na compra de CPRs, título que está protegido e não pode entrar em eventuais recuperações judiciais, por exemplo.

"Se é seguro para o banco, quem falou que o banco vai fazer o repasse total desse 0,72% a mais? Então, há uma discussão de que o impacto é quase zero em termos de taxa de juros. Há impacto zero na atratividade, porque as outras fontes de investimentos são de 15% a 22,5% [de custo]", afirmou.

O ministro ressaltou que há um estoque em torno de R\$ 650 bilhões em LCAs, captados com rentabilidade líquida, descontada a **inflação**, próxima de 5% aos investidores, e que estão em parte garantidos sem taxaçoão para compor o Plano Safra 2025/26. "Não tem risco de diminuir o funding neste Plano Safra", acrescentou.

Ele argumentou que "diante de uma Selic em torno de 15% e com uma **inflação** continuada em torno de 5%, a margem líquida para o rentista está sendo de 10% ao ano. Ao taxar 5%, não vai deixar de ser atrativo para o rentista". Isso porque, afirmou, as outras op-

ções de investimento, como CDB, têm imposto de 15% a 22,5%, e títulos do Tesouro, de 15% a 22%.

Fávoro também disse que o governo poderá recalibrar o direcionamento das LCAs, hoje em 60% dos recursos captados pelos agentes financeiros, se necessário. "O governo continua tendo o instrumento na mão, tendo o CMN, para aumentar o direcionamento para essa linha", completou.

"O ministro veio com um tom apaziguador tentando nos explicar em relação à remuneração dos fundos, de que não haveria fuga de capitais, que não haveria desinteresse em relação ao fundo, algo que nós discordamos ainda", disse o deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), presidente da FPA, após a reunião com Fávoro.

"Ele [Fávoro] veio fazer o que o governo tinha que ter feito já desde o começo, que antes de mexer com o agro, antes de mexer com a LCA, deveria sentar na mesa e combinar o jogo conosco", afirmou Lupion. "Foi uma conversa amistosa, (...) vamos esperar chegar esse texto para a gente analisar e ver o que vamos

fazer. A conversa e a resposta são do Parlamento", completou.

Lupion disse que foram apresentadas alternativas ao ministro, para aumentara arrecadação e evitar a taxaço das LCAs. Entre elas a votaço do projeto de lei do devedor contumaz e o combate ao con-

trabando de produtos. Fávaro disse que o governo nũo tem "interesse algum" em tirar funding da agropecuária, mas ponderou ser necessário encontrar fontes de recursos para o ajuste fiscal.

Mais cedo, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, disse que a possível taxaço das LCAs não terá efeito sobre a **inflaço** dos alimentos. Segundo ele, esses títulos financiam apenas "grandes produtores de soja e milho". "Nũo acredito que [a taxaço] vai afetar a polítics de preços cie produtos no Brasil", disse no programa Bom dia, Ministro, da EBC.

valor.com.br

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188228?page=8
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188228?page=8§ion=2)**

Bolsa barata com juros altos é dilema para o investidor

Adriana Cotias e Liane Thedim De São Paulo e do Rio

"A bolsa brasileira está barata, pouca gente tem, principalmente o estrangeiro, e a porta é apertada para quando o investidor entrar. A gente vai voltar a ver manchetes no Valor de novas máximas", afirmou Carlos Constantini, membro do comitê executivo e diretor responsável pela área de gestão de recursos, de patrimônio e serviços do Itaú Unibanco, ao participar de evento conjunto do banco com a corretora americana Avenue, na qual detém o controle.

"Não sei quando e se vale entrar já, talvez dê para esperar, mas se eu tivesse uma arma na cabeça e tivesse que estar comprado ou vendido, eu estaria comprado, está muito descontada", prosseguiu o executivo ao comentar que ativos estariam subavaliados.

Mas diante de um custo de oportunidade ainda alto, com a Selic em 14,75%, boa parcela da carteira ainda deve prevalecer na renda fixa. Constantini citou as Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), que pagam um prêmio de juros mais a correção pelo IPCA, e também os títulos pós-fi-xados, "que ainda pagam muito".

Se houver alguma melhora no cenário fiscal, a consequência seria a redução do risco país, com queda das taxas longas e também valorização da bolsa, proporcionando ganhos de capital nas duas pontas.

Roberto Lee, cofundador e CEO da Avenue, disse que, embora o cenário seja complexo, o caminho para a melhora parece óbvio. "Se houver unidade para enfrentar [os problemas fiscais], a recuperação é rápida, tanto da 'B' [NTB-B] longa quanto da bolsa, é um cenário que tem efeito imediato nas duas posições."

O presidente da B3, Gilson Finkelsztain, disse não saber se o Ibo-vespa vai chegar aos 150 mil pontos até o fim do ano, mas afirmou perceber a reaproximação do investidor global do mercado acionário brasileiro. "O primeiro a alocar vai ser o estrangeiro que percebe o Brasil barato, com boas companhias, e depois são os locais, quando houver juros mais baixos ou a curva se inverter e mostre um juro nominal na casa dos 10% ou voltando para esse

patamar no tempo, com algum esfor-

ço fiscal crível que possa deixara bolsa mais atrativa", afirmou.

Enquanto o país não endereçar uma solução para as contas públicas, o executivo da B3 disse que a bolsa vai viver de fluxos não tão recorrentes, a exemplo dos ingressos concentrados em janeiro e maio, perfazendo um total de R\$ 23 bilhões no ano até 6 de junho.

"A priori, sou cauteloso com bolsa por conta dos juros, mas em algum momento vai andar e vai andar muito, não é um ativo que vai seguir se valorizando devagarinho e sempre. Por isso é renda variável, vai variar muito."

O Brasil tem sido beneficiado pelo movimento de realocação dos investidores globais, que

vinham concentrando 70% da riqueza no mercado de capitais americano, apesar de a economia dos Estados Unidos representar 27% do **PIB** mundial.

"Com a eleição de [Donald] Trump, ficou um pouco mais latente que essa concentração pode ser um risco excessivo", afirmou Finkelsztain. "Está contratada a diversificação de recursos dos investidores globais, tirando dos EUA e vendendo dólar - o motivo do enfraquecimento da moeda - rumo a outros mercados como Europa, Ásia e emergentes, com o Brasil sendo parte dos emergentes com potencial [de receber esses recursos]."

Mas falta ainda fazer o dever de casa, reiterou o executivo da B3. Dentro do bloco dos emergentes, o Brasil já chegou a representar 17,5%, 15 anos atrás. Hoje detém uma fatia de apenas 4%, perdendo espaço para China, Arábia Saudita, Índia. "Que vergonha, é hora de reverter isso." Para Finkelsztain, a imposição planejada pelo governo de uma alíquota de 5% de Imposto de Renda sobre títulos hoje isentos para a pessoa física, como Letras de Crédito Imobiliário e do

Agronegócio (LCI e LCA), vai ser insuficiente para levar o investidor brasileiro de volta à bolsa.

"É pouco ainda. As medidas fiscais são confusas e não ajudam nem a renda fixa nem a renda variável", afirmou. "Taxar alguns isentos e aumentar a alíquota

de IR não acho que será um 'driver' para fazer que os recursos sejam realocados para a bolsa." O executivo acrescentou que, de todo modo, é preciso ficar atento às mudanças no "manicômio tributário" brasileiro e que a discussão de incentivos no país como um todo é relevante. "Mas não se pode deixar de reconhecer que as isenções viabilizaram muitos investimentos nos últimos anos, com as companhias acessando captações via mercado de capitais por conta das isenções em debêntures incentivadas e em outros produtos." Nicholas McCarthy, diretor da área de estratégias de investimentos do Itaú Unibanco, afirmou que, agora que o dólar começou a cair, o estrangeiro está investindo no Brasil e na China, emergentes que têm as bolsas mais baratas. "Este ano, o Brasil é uma das melhores bolsas."

Ele citou que a bolsa brasileira está com desconto de 22% em relação à média histórica, mesmo depois da alta recente. Na comparação com índices de países desenvolvidos, o desconto é de 58%.

"Quando ficou claro para o mundo que o dólar cairia e o crescimento mundial seria mais parecido com o americano, o dinheiro começou a se deslocar para o Brasil e para a China."

Ele disse estar otimista em bolsa nos próximos seis meses porque vê o "tarifaço" americano ajudando num processo deflacionário mundial. No Brasil, exemplifica, as previsões eram que a Selic chegaria a 17% em dezembro, mas atualmente as projeções são de queda no ano que vem, chegando a 13%.

"Adoraria que o Brasil pudesse crescer acima de 3% sem gerar **inflação**, mas não temos essa capacidade ainda", avalia. Ele ressalta que essa capacidade também não existe para expansão muito acima de 2%. A previsão do banco para este ano é de crescimento de 2,2%. "É prudente que o Banco Central não comece a cortar juros neste ano. Acreditamos que vá começar a cortar no ano que vem."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188228?page=8§ion=2>

Cenário é misto para Brasil e fiscal preocupa, diz Principal

Bruna Furlani e Luana Reis De São Paulo

Em meio a uma série de tentativas atabalhoadas por parte do governo de fazer um ajuste fiscal, a avaliação é que o Brasil apresenta um cenário misto. De um lado, o mercado acionário registrou uma alta forte impulsionada pelos fluxos renovados de investidores estrangeiros e pelos "valuations" atrativos; de outro, a perspectiva fiscal permanece uma preocupação grande. A visão foi compartilhada por Todd Jablonski, chefe global de investimentos multiativos e quantitativos da Principal Asset Management, em entrevista ao Valor, durante visita ao país.

"Essa incerteza fiscal está mantendo as taxas de juros elevadas, com a Selic em 14,75% e os juros reais acima de 7%, e em alguns vencimentos até superiores a 8%. Isso cria um obstáculo para o investimento em ações", diz.

Para o executivo, a trajetória das contas públicas está "intimamente ligada aos desenvolvimentos políticos", ainda que o país apresente um posicionamento "atrativo" em meio ao embate tarifário encabeçado pelo presidente dos EUA, Donald Trump, e que as eleições brasileiras estejam distantes.

Jablonski avalia que o humor dos investidores só deve mudar de forma decisiva quanto ao mercado acionário local quando houver um rali que desencadeie um sentimento de "fear of missing out", o medo de perder o movimento. "Até lá, o mercado deve seguir um lugar em que a seletividade e o "ti-ming" [momento j serão críticos."

O executivo pondera que há uma diferença entre os mercados acionários local e americano no sentido de que é possível ver Wall Street continuar a atrair fluxo estrangeiro durante períodos de recessão ou de ampliação do déficit fiscal, mas que os choques tarifários voltaram as atenções para cá diante do posicionamento mais "neutro" adotado pelo Brasil.

Para além do "valuation" mais atrativo, o executivo observa que há chance de uma alternância de poder em 2026. "Não é possível saber ainda o desfecho das eleições, mas sei que a popularidade

do presidente Lula começou a cair um pouco. Isso aumenta as chances de que haja uma política mais

populista no curto prazo, mas faz com que as eleições sejam potencialmente mais interessantes para os investidores globais, porque há possibilidade de uma mudança política".

Já ao olhar para fora, o executivo diz que recentemente mudou sua posição de mais de dez anos em ações nos Estados Unidos de "overweight" (equivalente a compra) para neutra. Com a visão de que o "excepcionalismo americano" deve continuar intacto no longo prazo, o profissional cita que incertezas sobre a política comercial dos EUA e sobre perspectivas de uma desaceleração do crescimento por lá deixam a casa mais cautelosa, privilegiando ações de maior valor de mercado ("large caps") na comparação com "small caps" (menor valor de mercado).

O gestor reconhece que, com as mudanças na política americana, os riscos para a tese de investimentos aumentaram. Mesmo assim, ele defende que, enquanto o dólar se mantiver como a moeda padrão de reservas e negocia-

ções internacionais, será possível continuar a atrair fluxo para ativos americanos. "Não dá para evitar os EUA por muito tempo." Em seu cenário-base para a economia americana, Jablonski vê menor crescimento, mas não uma recessão. "Acho que o consumo doidos Estados Unidos está, na verdade, em uma posição bastante boa. Não se obseiva níveis extremos de endividamento, e onde há fraqueza no consumo é principalmente entre os participantes de renda mais baixa do mercado", afirma. "Então, embora os Estados Unidos não tenham a melhor perspectiva neste momento, eu diria que a situação não está tão terrível quanto muitos dizem." Ele observa que, no momento, a recuperação dos ativos desde o "Dia da Libertação", quando Trump anunciou tarifas "recíprocas" sobre outros países, tem sido motivada pelos investidores pessoa física, que aproveitam os preços baixos para ir às compras. No curto prazo - algo como um trimestre, segundo ele -, Jablonski avalia que essa tendência deve continuar. No entanto, ele considera que eventualmente será necessário que os institucionais recuperem sua confiança para sustentar o fluxo de alta.

No momento, Jablonski vê que esses investidores ainda não parecem interessados em voltar. "A maioria

das instituições com quem tenho falado ao redor do mundo ainda está estudando um pouco a Europa. E estão interessadas no que estão vendo. Também estão analisando um pouco os mercados emergentes." Embora o continente europeu seja um grande alvo na guerra comercial de Trump, parte do mercado se animou com os preços mais baratos e a aprovação de um pacote de estímulos fiscais na Alemanha, que deve beneficiar todo o bloco econômico.

"Normalmente, as ações dos Estados Unidos e da Europa têm uma correlação positiva de cerca de 0,7 a 0,8. Mas, nos últimos 12 meses, os Estados Unidos e a Europa têm se movido em direções completamente opostas, e eu só queria destacar que isso é um sinal de tensão nos mercados", afirma. "Estamos começando a ver os mercados se comportando de maneiras inco-muns, atípicas, por conta de uma realização súbita de valor na Europa e uma reprecificação rápida do crescimento nos Estados Unidos." Jablonski se mantém animado com as expectativas de lucros das grandes empresas de tecnologia - as "mega caps" - mesmo que parte do mercado esteja questionando o futuro delas agora. "O brilho da inteligência artificial saiu um pouco desses nomes no primeiro trimestre, mas você viu uma recuperação no segundo trimestre, e o setor de tecnologia da informação dos Estados Unidos ainda está com previsão de crescimento de lucros de 20% neste ano de 2025." Para que o mercado volte a ficar mais otimista com os EUA, o gestor destaca dois fatores: clareza em relação à política de Trump e uma **inflação** mais bem controlada.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188228?page=8
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188228?page=8§ion=2)

BELM REGISTRA ASEGUNDA MAIORALTA ENTRE CAPITAIS

Da Redação

Dados do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na manhã desta terça-feira (10), mostram que Belém registra a segunda maior alta da **inflação**, com 0,66% em maio na comparação com abril, entre as dezesseis capitais pesquisadas.

A capital paraense ficou atrás apenas de Brasília (0,82%) e superou a média do país (0,26%). Entre os segmentos, o setor de alimentação e bebidas apresenta 0,63% na variação mensal, um dos maiores aumentos identificados. Acompanhado de comunicação (0,67%) e saúde e cuidados pessoais (0,59%).

No caso da alimentação, itens como batata-inglesa e cebola demonstram reajustes mais expressivos, com 10% e 7% respectivamente. Em uma das feiras da capital paraense, consumidores e feirantes ainda sentem os

reajustes gradativamente. O vendedor Nildo Moreira explica que segura os preços e sempre tenta repassar os valores devagar aos clientes como estratégia para não perder clientes. Isso porque não há antecipação de quando os preços mudam e nem sobre quais produtos serão as mudanças.

"Foi repassado o reajuste para a gente, só que a gente tenta manter o preço para o cliente e repassa aos poucos esse produto. A gente não dá aquele aumento assim, do nada. A gente chega e avisa: olha, tal produto vai ter aumento, já não dá para fazer aquele preço que estava. A gente tenta sempre passar isso para o cliente", explica.

variação

Dos itens com maior variação, a cebola saiu de em média R\$ 8 por quilo, para R\$ 10, um aumento de aproximadamente 25%. A batata-inglesa está sendo comercializada também por R\$ 10, coma diferença que o preço se mantém

desde a última alteração. Ele relata que novo reajuste chegou apenas há algumas semanas, por isso muitos produtos seguem com os valores anteriores.

O feriante Jefferson Olive-ria também recebeu o

mesmo aumento, apesar de os fornecedores não serem os mesmos. Ele conta que isso não afetou o seu lucro, mas mexe com a receptividade dos clientes. Agora, aguarda as próximas alterações dos seus fornecedores, o que não sabe dizer quando será.

"Essa semana que iniciou e desde a anterior, na verdade, a cebola e o tomate tiveram reajuste. Estou vendendo cada um a R\$ 10 o quilo. Antes estavam por R\$ 7, e, até então, vai permanecer, vamos esperar o fornecedor anunciar mudanças", afirma.

consumidor

Os últimos reajustes ainda não afetaram o

bolso do funcionário público Cláudio Mello. Ele é o responsável por fazer as compras na sua casa e está recorrentemente em pelo menos duas feiras da capital, onde aproveita para comparar os preços. Até o momento, poucos preços demonstraram mudanças expressivas na sua avaliação.

"Tenho notado que os preços caíram. A coisa de uns dois meses atrás, por exemplo, a cuba de ovos estava muito mais cara do que hoje, caiu muito o preço. Não é que esteja barata, mas caiu o preço. Verduras, alface e couve também caíram", relata.

O levantamento do IP-CA confirma a variação percebida no preço dos ovos, com uma redução de 6,43% no balanço do último mês em Belém. Alguns peixes, como dourada (-6,14%) e filhote (-3,40), também seguiram o movimento de queda, assim como o feijão-preto (-4,54%).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138055-1106202506%20-%2031db0709236cad94b321f61cb79cd73c.pdf

Dólar fecha em leve alta; Bolsa sobe com Petrobras

O dólar fechou com uma alta leve de 0,13%, a R\$ 5,569, nesta terça-feira (10), interrompendo a sequência de três quedas consecutivas, quando renovou o menor valor de fechamento do ano, de R\$ 5,561. Em 2025, porém, a divisa dos EUA acumula queda de 9,87%.

Já a Bolsa encerrou com valorização de 0,54%, a 136.436 pontos, com a Petrobras entre os destaques positivos. Na mínima do pregão, o índice chegou aos 135.716 pontos, na máxima, bateu os 137.369 pontos.

Investidores seguiram cautelosos com o pacote fiscal do governo Lula, que pode abrir espaço para mudanças nos aumentos de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) anunciados no fim de maio. A ses-

ção foi marcada ainda por dados sobre a **inflação** medida pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Sem notícias de impacto vindas do exterior, onde investidores aguardavam novidades sobre as negociações comerciais entre Estados Unidos e China, o mercado de câmbio brasileiro se voltou para a agenda doméstica.

A divisa dos EUA abriu estável nas primeiras negociações do dia, mas passou a cair depois que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou que a **inflação** no Brasil desacelerou mais do que o esperado em maio. Na mínima do dia, às 11h18, chegou a recuar 0,41%, a R\$ 5,538.

O IPCA subiu 0,26% em maio, após um avanço de 0,43% em abril, passando a acumular em 12 meses alta de 5,32%, contra 5,53% antes.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3159#book/>

Os últimos reeleitos - DO ALTO DA TORRE

Lucas Valença

Só há uma convicção a respeito da **reforma política** em andamento: a reeleição para cargos executivos deve acabar.

Nessa proposta tem de tudo, até a extensão do mandato de senadores de oito para dez anos.

Mas só existe uma certeza: tudo indica que colocará um ponto final

na reeleição para mandatos executivos, basicamente presidente e governadores. Todas as pesquisas indicam que a população deseja o fim da reeleição. Isso pode até não significar grande coisa, mas a maior parte dos deputados e senadores mostra-se disposta a acatar esse desejo popular - até porque muitos deles se consideram prejudicados pela permanência de adversários políticos. Na verdade, ninguém apostaria em nada disso. A reforma pode trazer de tudo. Mas, caso cumprida essa previsão, Celina Leão pode se transformar na última governadora reeleita do Distrito Federal, enquanto Ibaneis Rocha (foto) seria o último governador a cumprir dois mandatos em sequência.

Republicanos já pensam em lançar Linhares

O partido Republicanos no Distrito Federal recebeu com entusiasmo os números divulgados nesta segunda-feira pelo Instituto Paraná Pesquisas, que apontaram o deputado federal Fred Linhares (foto) em segundo lugar na corrida ao Palácio do Buriti, com 21,5% do

eleitorado, ficando atrás, apenas, da atual vice-governadora do DF, Celina Leão (PP), que teve 31,1% das intenções de voto. O presidente da sigla local, Wanderley Tavares, afirma que os dados confirmam a força do Republicanos. "Fred sequer foi lançado como futuro candidato e já apresenta esse grande percentual de eleitores dispostos a elegê-lo governador. É um cenário que mostra a força do nosso partido que tem grandes nomes para contribuir com o desenvolvimento do Distrito Federal", explica Tavares. O Republicanos foi o partido que mais cresceu no pleito de 2022 no Distrito Federal, com a eleição de uma senadora, três deputados federais e um distrital. "Fred sempre foi um nome diferenciado e não tem como o Republicanos ignorar essa realidade. Defendo

uma ampla aliança da direita, porém essa união precisa atender as expectativas de todas as forças que formam esse bloco, levando em consideração critérios como a viabilidade eleitoral e política. Não podemos excluir qualquer força", pontua Wanderley. Diante desse quadro do Republicanos no Distrito Federal, o partido informa que tudo será definido na reunião da executiva, em outubro, quando decidirá o caminho a seguir.

Bolsonaro na TV da Câmara Legislativa

Na presidência da Câmara Legislativa, o vice Ricardo Vale inovou. Abriu a sessão, mas, como não havia número para iniciar os trabalhos, mandou sintonizar a emissora da casa no depoimento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal. E lá ficou a turma toda assistindo o depoimento de Bolsonaro (foto) ao ministro Alexandre de Moraes durante quase meia hora. Foi a primeira vez que

Bolsonaro e Moraes, que antagonizaram por anos, ficaram frente a frente e diante das câmeras. A TV Justiça transmitiu ao vivo a sessão, e várias emissoras. No começo do interrogatório, Bolsonaro pediu desculpas ao ministro do STF por ter insinuado que ele e outros ministros da Corte teriam recebido milhões de dólares de forma ilegal durante o processo eleitoral de 2022. E chamou a fala de "desabafo".

Prevenção do câncer de mama

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou que a Secretaria de Estado de Saúde apresente um plano de ação para a implementação do teste de mapeamento genético em mulheres com alto risco de desenvolver câncer de mama. Apesar de ser estabelecido pela Lei Distrital nº 6.733/2020, nenhum exame foi realizado na rede pública de saúde do DF. O plano de ação exigido pelo TCDF deverá incluir medidas administrativas, cronograma de execução, etapas, metas, fontes de financiamento, estrutura organizacional e previsão orçamentária específica. A decisão foi tomada após o TCDF analisar uma representação protocolada pelo Ministério Público de Contas do DF, que apontou que a Secretaria ainda não disponibiliza gratuitamente a testagem para pacientes com suspeita de câncer hereditário. Nesse tipo de câncer, a mutação que causa a doença está presente em todas as células do corpo do paciente.

Por isso, os exames genéticos para detecção não analisam uma amostra de tumor. Eles são realizados com amostra de DNA do sangue, da mucosa bucal, da saliva ou de qualquer outro tecido.

Visita aos gestores

Referência no tratamento de doenças raras, o Hospital da Criança de Brasília José Alencar (HCB) realiza mais de 50 mil atendimentos ambulatoriais por mês e em média 700 atendimentos por dia. Integrado à rede da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), o HCB é administrado pelo Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada (Icipe), uma associação civil sem fins lucrativos. Nesta terça-feira, a equipe técnica do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) apresentou ao hospital o projeto "Visita aos Gestores". O objetivo da Corte é conhecer as principais rotinas e oferecer orientação quanto às dúvidas operacionais dos **servidores públicos** que atuam no hospital.

Terminal de ônibus na UnB

A Câmara Legislativa do Distrito Federal discute nesta quarta-feira, às 19h, a viabilidade da construção de um abrigo terminal dentro da Universidade de Brasília. A audiência será conduzida pelo deputado Max Maciel (Psol), presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana (CTMU), e realizada em parceria com a UnB e a Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal. A proposta do terminal está em tratativas desde 2023 e, agora, entra em uma fase mais concreta, com a confirmação do interesse e da disponibilidade por parte da UnB e a sinalização positiva da Semob para dar início aos estudos técnicos. "Temos dialogado com estudantes e trabalhadores da UnB há bastante tempo. Algumas melhorias aconteceram, mas muitas questões seguem sem solução. Agora, vamos promover um debate direto, para buscar encaminhamentos concretos", destaca o distrital. O parlamentar considera a construção do terminal dentro da UnB uma resposta emergencial, mas estratégica, para garantir deslocamentos mais rápidos, confortáveis e eficientes à comunidade acadêmica. Maciel argumenta que mais de 50 mil pessoas circulam diariamente no campus, que é atendido apenas pela linha 110, que transporta cerca de 18 mil estudantes.

Izalci abre fogo contra as Bets

Integrante da CPI que investiga os jogos de azar, as chamadas Bets, o senador Izalci Lucas (foto) abriu fogo na sessão desta terça-feira sobre a jogatina no Brasil. "Ao final dessa exaustiva investigação", alertou, "uma verdade se impõe de forma inequívoca: ninguém ganha das bets". Afinal, "a promessa de dinheiro fácil e rápido, ostentada em publicidades milionárias e por

influenciadores digitais, nada mais é do que a isca de um sistema predatório, meticulosamente arquitetado para o enriquecimento de poucos e o empobrecimento de muitos". Para ele, "o que se ganha, na realidade, são dívidas, famílias destruídas, saúde mental comprometida e um rastro de criminalidade que corrói o tecido social, pois as verdadeiras perdas não estão apenas no saldo bancário dos apostadores, mas no futuro de uma juventude ludibriada e na soberania de uma nação, que vê as suas riquezas e a dignidade do seu povo serem drenadas por um jogo de cartas marcadas". Presidente da CPI das bets, a também senadora Soraya Thronicke concordou com as observações de Izalci, mas registrou que "muita gente está perguntando por que não indiciaram fulano, beltrano ou a empresa X ou a Y, mas nós não seríamos levianos em indiciar sem termos tido tempo de receber a análise dos relatórios individuais a respeito".

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-1008fbb2c94f286909e8d9db51540119.pdf